

---

CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

---

PROTOCOLO: 201700044004708  
INTERESSADO: Colégio de Aplicação do I.E.G  
ASSUNTO: Renovação

DE: 26/12/2017

---

Parecer/Voto CEE/CEB N. 412/2018

---

**1. Histórico**

O Colégio de Aplicação do I.E.G, mantido pelo Poder Público Estadual, inscrito no CNPJ sob o N. 00.634.475/0001-30, localizado na Avenida Nona, N. 474, Setor Vila Nova, em Goiânia/GO, por meio de seus gestores requerem deste Conselho o credenciamento a renovação da autorização de funcionamento do ensino fundamental do 4º ao 9º ano, da educação de jovens e adultos – EJA 3ª etapa.

Constam nos autos os seguintes documentos:

- ✓ Contra capa fl. 01;
- ✓ Requerimento fl. 02(requerimento atualizado fl. 140)
- ✓ Ata de aprovação do PPP e regimento fl. 03;
- ✓ Laudo técnico da Subsecretaria fls. 04/05;
- ✓ Cópia do CNPJ fl. 06;
- ✓ Metragens das salas e espaços pedagógicos fl.07;
- ✓ Dados estatísticos fls. 08/15;
- ✓ Relação de alunos fls. 16/19;
- ✓ Dados do INEP fl. 20;
- ✓ Censo escolar fls. 21/24;
- ✓ Dados do IDEB fls. 25/27;
- ✓ Dados do SAEGO fls. 28/29;
- ✓ Nominata do corpo docente fls. 30/31;
- ✓ Matriz curricular fls. 32/39;
- ✓ Regimento escolar fls. 40/94;
- ✓ PPP fls. 95/131;
- ✓ Projetos da escola fls. 132/137;

---

CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

---

PROTOCOLO: 201700044004708  
INTERESSADO: Colégio de Aplicação do I.E.G  
ASSUNTO: Renovação

DE: 26/12/2017

- ✓ Resolução fls. 138/139;  
Requerimento atualizado fl. 140;
- ✓ Ofício encaminha ao Senhor Subsecretário de Educação em relação ao Certificado do Corpo de Bombeiros fl. 141;
- ✓ Relatório de visita do Corpo de Bombeiros de 2016 fl. 142;
- ✓ Termo de Intimação do Departamento de Vigilância Sanitária de 2015 fl. 143;
- ✓ Cópia do ofício do Subsecretário de Educação do ano de 2012 fl. 144;
- ✓ Relatórios dos órgãos de saúde à unidade escolar dos anos de 2012 a 2018 fls. 145/153;
- ✓ Email de solicitação de documentos fl. 154;
- ✓ Calendário escolar fl. 155;
- ✓ Justificativa em relação aos alvarás do Corpo de Bombeiros e Vigilância Sanitária fls. 156/157.

## 2. Análise

O Colégio de Aplicação do Instituto de Educação de Goiás – I.E.G, obteve a validação de estudos, o credenciamento e a renovação da autorização de funcionamento do ensino fundamental do 3º ao 5º ano e da educação de jovens e adultos EJA – 2ª e 3ª etapas e autorização do ensino fundamental do 6º ao 9º ano, por meio da Resolução CEE/CEB N. 224/2015, com vigência de até 31 de dezembro de 2017.

Vale lembrar que atualmente a unidade escolar ministra somente o ensino fundamental do 4º ao 9º ano, e educação de jovens e adultos EJA - 3ª etapa, de acordo com requerimento à fl. 140.

A escola conta com doze salas de aula com dimensões em média de 41,80, a 46,40m², e conta com 650 alunos.

---

**CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA**

---

**PROTOCOLO: 201700044004708**  
**INTERESSADO: Colégio de Aplicação do I.E.G**  
**ASSUNTO: Renovação**

**DE: 26/12/2017**

O grupo gestor, diretor, coordenador e secretária, são licenciados em pedagogia.

O acervo soma um total de 350 exemplares, mas não consta a relação.

O Art. 157 do regimento escolar aponta que os componentes da História e Cultura Afro-Brasileira e indígena, estão integralizados a outras disciplinas.

Os dados estatísticos referentes às modalidades do ano de 2016 constam na fl. 12./15.

O índice do IDEB em 2015 é de 4,9, e a meta para sequência é 5,5.

Os dados do SAEG constam na fl. 28.

Segundo as informações contidas no laudo técnico da Subsecretaria e nos demais documentos anexados aos autos, foi constatado que a unidade escolar não atende plenamente os seguintes itens:

1. Não contam com quadra de esportes, as atividades físicas e esportivas são realizadas no pátio da escola com dimensão de 64,00m².
2. Das 20 turmas ativas 03 ultrapassam o número de alunos permitido em lei, contrariando o disposto no artigo 34 da Lei Complementar N. 26/1998.
3. 07 dos 35 professores ministram disciplinas diferentes de sua formação.
4. A unidade não conta com sala para biblioteca, apenas com cantinho de leitura. O laudo não relata se contam com laboratórios.
5. O Regimento escolar apresenta impropriedades nos Artigos 41, §, II, que prevê a aplicação da transferência compulsória a qualquer época do ano, com base na reincidência das transgressões cometidas pelo aluno, e ainda o § VIII, que será aplicada a expulsão com cancelamento de matrícula, ao aluno por culpabilidade de motivo grave.



---

CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

---

PROTOCOLO: 201700044004708

DE: 26/12/2017

INTERESSADO: Colégio de Aplicação do I.E.G

ASSUNTO: Renovação

---

É importante ressaltar que o Conselho Estadual de Educação não aprova regimentos escolares e nem os projetos pedagógicos das escolas, tarefa coletiva e exclusiva da comunidade escolar (alunos, professores, servidores e pais), nos termos dos artigos 12, 13 e 14 da Lei Nacional nº 9.394/1996 – LDB e da Instrução Normativa CEE/GO Nº 01/2013. Os Regimentos não podem contrariar a legislação vigente.

### 3. Voto

Com base na documentação que instrui os autos, vota-se por:

- **Recredenciar o Colégio de Aplicação do I.E.G**, mantido pelo Poder Público Estadual, inscrito no CNPJ sob o N. 00.634.475/0001-30, localizado na Nona Avenida, N. 474, Setor Vila Nova, Goiânia/GO, como instituição de ensino da educação básica, até 31 de dezembro de 2022.
- **Renovar a autorização** do ensino fundamental do 4º ao 9º ano e da Educação de Jovens e Adultos/EJA – 3ª Etapa, da referida instituição de ensino, até 31 de dezembro de 2022.
- **Determinar** que a instituição, durante o período de autorização, cumpra, na íntegra, as exigências abaixo descritas e comprove, no próximo processo de renovação, que cumpriu tais exigências:
  - ✓ **Adequar** a habilitação do corpo docente conforme a formação exigida no Art. 77, Inciso I, da Resolução CEE/CP N. 05/2011:

"Art. 77- (...)"

CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

PROTOCOLO: 201700044004708

DE: 26/12/2017

INTERESSADO: Colégio de Aplicação do I.E.G

ASSUNTO: Renovação

*I - Os mantenedores de unidades escolares públicas e de instituições privadas de ensino devem ter nas unidades escolares por eles mantidas: I - quadro de diretores, coordenadores, e professores habilitados em curso superior e de licenciatura de graduação plena, compatível com a área específica de sua atuação, e bibliotecários habilitados em curso superior de bacharelado;"*

- ✓ **Propor** metas e ações que minimizem os altos índices de transferências, abandono e reprovação inclusive da EJA.
- ✓ **Aumentar** o quantitativo de exemplares do acervo bibliográfico, conforme Art. 2º, Lei da Biblioteca Escolar N. 12244/10:

*"Art. 2º- Para os fins desta Lei, considera-se biblioteca escolar a coleção de livros, materiais videográficos e documentos registrados em qualquer suporte destinados a consulta, pesquisa, estudo ou leitura Parágrafo único. Será obrigatório um acervo de livros na biblioteca de, no mínimo, um título para cada aluno matriculado, cabendo ao respectivo sistema de ensino determinar a ampliação deste acervo conforme sua realidade, bem como divulgar orientações de guarda, preservação, organização e funcionamento das bibliotecas escolares."*

- ✓ **Adequar** o número de alunos por sala conforme determina o Art. 34, da Lei Complementar N. 26/98:

*"Art. 34 - A relação adequada entre o número de alunos e o professor, na rede pública e na educação infantil e ensino fundamental da rede privada deve levar em conta as dimensões físicas das salas de aula, as condições materiais dos estabelecimentos de ensino, as necessidades pedagógicas de ensino e aprendizagem, visando à melhoria da qualidade do ensino e, também, ao máximo de: a) 25 alunos para a pré-escola; b) 30 alunos para as duas primeiras séries do ensino fundamental; c) 35 alunos para as terceiras e quartas séries do ensino fundamental; d) 40 alunos para as quinta a oitava séries do ensino fundamental e para o ensino médio. § 1º - Os critérios para*

CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

PROTOCOLO: 201700044004708

DE: 26/12/2017

INTERESSADO: Colégio de Aplicação do I.E.G

ASSUNTO: Renovação

*definição da relação do número de criança/adulto serão, nas creches, definidos pelo Conselho Estadual de Educação. § 2º - Estabelece-se como critério, para a definição das dimensões físicas adequadas, o espaço de 1,2 m² e 2,5 m² para o professor, ressalvando-se os limites acima. § 3º No ensino médio, da rede privada, a relação adequada entre o número de alunos e o professor atenderá aos requisitos constantes do caput e, também, ao máximo de 50 (cinquenta) alunos."*

- ✓ **Adequar** o espaço físico escolar, em relação à necessidade da quadra coberta e laboratórios, ao que determina o Art. 84, Inciso II, da Resolução CEE/CP N. 05/2011:

*"Art. 84 – (...)*

*(...)*

*II – infraestrutura compatível com a modalidade educacional oferecida, inclusive com laboratórios de Informática, Ciências, Biologia, Química e Física dentre outros e quadras cobertas para a prática de esportes."*

- ✓ **Adequar** o espaço físico para a implantação da biblioteca ao que determina o Art. 119, § 1º, da Resolução CEE/CP N. 05/2011:

*"Art. 119 – (...)*

*§ 1º Toda escola deve obrigatoriamente implantar e implementar sua biblioteca, atualizando constantemente o acervo, dando preferência às demandas oriundas dos conteúdos curriculares de suas respectivas séries, módulos, ciclos e etapas."*

- ✓ **Adequar** o Art. 41, § II, que trata da transferência compulsória ao que prevê o Parecer N. 11/2011:

*"... a escola não tem o direito de excluir o educando do convívio escolar pode, por causas gravíssimas, garantir sua transferência para outra unidade escolar (transferência pedagógica), a ser realizada somente nos seguintes casos:*

*a) quando for comprovada a absoluta inadaptação do educando ao regime da escola;*



CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

PROTOCOLO: 201700044004708

DE: 26/12/2017

INTERESSADO: Colégio de Aplicação do I.E.G

ASSUNTO: Renovação

b) quando for recomendada para a segurança (física e psíquica) do educando, dos colegas ou docentes;

c) quando for indicada como alternativa para melhorar o desenvolvimento educacional do educando.

Toda transferência deve ser avaliada e validada pelo Conselho Escolar que, inclusive, pode revogá-la ou adiá-la para o fim do ano letivo, resguardando os direitos do educando, entre eles o de concluir o bimestre letivo, de participar nas aulas e de realizar as avaliações escolares em curso. Na aplicação da transferência pedagógica, deve ser garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa.

A transferência pedagógica deve ser comunicada oficialmente ao Conselho Estadual de Educação de Goiás e à Promotoria de Justiça do Município em que funciona a unidade escolar, no prazo de 24 (vinte quatro) horas."

- **Determinar** aos dirigentes escolares que passem a observar as disposições do Parecer CEE-CP nº 03/2018 e da Resolução CEE-CP nº 03/2018, de 16 de fevereiro de 2018, na gestão pedagógica e, inclusive, para o trâmite de futuros processos autorizativos ou renovação dos atuais, revendo o Projeto Político Pedagógico, Regimento e Planos de Cursos. O presente processo foi analisado à luz da Resolução CEE-CP nº 05/2011.

É o voto.

**Plenário da Câmara de Educação Básica do Conselho Estadual de Educação**, aos 03 dias do mês de agosto de 2018.

  
**Sebastião Lázaro Pereira**  
Conselheiro Relator

unanimidade  
ordinária  
412/2018  
03  
2018

Conselho Estadual de Educação de Goiás

Rua 3, nº 63 esquina com Rua 23 – Centro – Goiânia-GO, CEP 74.015-120

Recepção: (62) 3201-9821 – Protocolo: (62) 3201-9822

E-mail: [ouvidoria-cee@palacio.go.gov.br](mailto:ouvidoria-cee@palacio.go.gov.br) | Site: [www.cee.go.gov.br](http://www.cee.go.gov.br)